

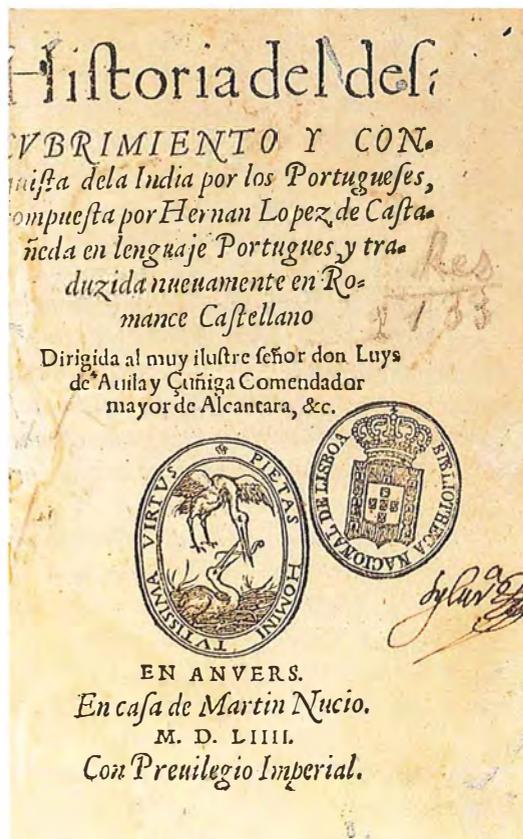
Breves sombras da China na cronística da Expansão (século XVI)

A n a P a u l a A v e l a r

AO EVOCARMOS A CRONÍSTICA DA EXPANSÃO COMO espectro analítico das *sombras* da China, reportamo-nos a um modelo de narrativa que subcreve uma tipologia própria. Este modelo surge a par do texto cronístico, elaborando um discurso histórico, delimitando as fronteiras do seu objecto, e distinguindo-se da crónica régia, apesar de com ela se entrecruzar. Os seus elementos constitutivos evidenciam-se quer no modo como cada um dos autores da cronística da Expansão compôs a sua obra, quer no diálogo que se concretiza com os textos coevos, como os relatos que se subordinam a tipologias várias, as cartas, ou ainda as crónicas régias.

Fernão Lopes de Castanheda, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, João de Barros, na sua *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ou Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, circunscrevem um objecto narrativo, espelhando-o de imediato nos respectivos títulos: o propósito geral de todos eles é o de relatar os feitos/eventos dos portugueses em terras e mares orientais. Por outro lado, o *espaço* nuclear dos discursos é, em Castanheda e em Gaspar Correia, explicitamente referenciado por *Índia*, enquanto que João de Barros enquadra na sua *Ásia/Oriente* a construção narrativo-espacial.

A matriz destas obras filia-se na estrutura modelar dos clássicos, numa nítida vertente renascentista. As *Décadas* de Tito Lívio, *grosso modo*, funcionam como um modelo de narrativa histórica, tutelar destes cronistas. Tal inscrição encontra-se presente não só numa mais ou menos evidente exposição da divisão do seu trabalho sobre a *Ásia... em quatro décadas*, como acontece em João de Barros, mas também nos dez livros escritos por Fernão Lopes de Castanheda. Estes são organizados em função de um todo, da sua *História*, sendo tal inscrição igualmente patenteada nas quatro *Lendas da Índia*,



de Gaspar Correia, correspondendo cada uma delas a séries temporais mais ou menos homogêneas que respeitam os períodos de vigência dos respectivos governos da Índia¹.

Tal acontece apesar de a obra de Gaspar Correia não ser ao tempo publicada, permanecendo manuscrita e assim correndo até à sua edição no século XIX. Deste modo, a sua estrutura não recebeu a depuração autoral seja quanto à forma ou mesmo quanto ao estilo que decerto teria sido objecto de modificação se Correia tivesse acompanhado a sua impressão. Esta é aliás prática comum, sucedendo nomeadamente com Lopes de Castanheda, como se depreende através do confronto da reimpressão

do seu primeiro livro em 1554 com a primeira impressão de 1551.

A existência de um público alvo tornar-se-á um dos eixos construtores das crónicas da Expansão, explicitando-se nos prólogos de Castanheda ou Barros. O próprio Gaspar Correia introduziria a sua narrativa com um pequeno texto dirigido aos senhores leitores.

Nos diferentes prólogos que acompanham cada um dos livros impressos, reflecte-se uma logicidade intrínseca ao corpo narrativo global, isto é, desenvolve-se os princípios estruturantes aos vários livros que compõem a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ou as diferentes *Décadas* que constituem a *Ásia*... Semelhante organicidade decorre dos tópicos temáticos que são abordados em cada livro, e da formulação expressa através dos elementos delineadores de um discurso histórico. Estes consubstanciam-se nos princípios clássicos presentes na elaboração de um texto que se poderá designar prefacial ou prólogo, denunciando uma obediência aos diversos momentos retóricos de construção de um discurso, cumprindo-se o *decoro*, a pertinência da argumentação, a finalidade moral, e subscrevendo-se, enfim, o *prodesse et delectare*.

Seguindo a matriz clássica insculpem-se estes textos nos *antigos*, procurando-se, ainda que por vezes tal não surja explicitamente referenciado, apaixonar, encantar, comover o leitor, através dum estilo que em tudo se pretende cuidado. João de Barros escreve-o claramente no seu prólogo à *Primeira Década* (1552), nomeadamente quando evoca a importância e perenidade da palavra escrita face à oral². Numa recorência de tópico, Fernão Lopes de Castanheda evidencia logo no prólogo do seu primeiro livro (1551) que, apesar de muito conhecidos e divulgados pelo mundo, os feitos dos portugueses não o são tão «*perfeitamente, como o serão por escrito*»³. Por seu turno, Gaspar Correia men-

ciona o desejo de escrever e *memorar as cousas da Índia*, tendo como pressuposto que as relata segundo o que lhe «*parece q[ue] em outro tempo parecerão bem a quem as ouvir*»⁴.

A importância da escrita é, portanto, o elemento-chave de permanência de uma memória, de transmissão e construção de uma *imagem* que corre, se altera, e reestrutura através de um tempo e de uma *voz*. Contudo, a presença de uma escrita passa nesta cronística da Expansão pela consciência da importância da sua impressão⁵. A impressão coloca à disposição de todos uma memória colectiva, possibilita a sua manipulação por outros, exteriorizando-se concomitantemente uma *reminiscência e construção individual*. O veículo de transmissão, por excelência, desse passado histórico é assumidamente a *crónica*.

Conceber uma crónica da Expansão significa ter em atenção o exemplo da cronística régia. Gaspar Correia é dos três autores citados aquele que se debruça explicitamente sobre este género de discurso histórico, escrevendo duas crónicas respectivamente sobre D. Manuel e D. João III. O eixo destas narrativas é o das figuras reais, percorrendo o seu espaço temporal a duração dos respectivos reinados. O enfoque da cronística da Expansão é, como já assinalámos, outro. Todavia, não deixam de se cruzar os percursos narrativos de umas e de outras, já que umas e outras fornecem informações para a elaboração das narrativas históricas. Ao escrever a *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Damião de Góis conhece as obras de Castanheda e Barros, enquanto que Francisco de Andrada evoca Gaspar Correia na sua *Crónica de D. João III*.

A cronística da Expansão assume-se como discurso de um *poder* de um *domínio* servindo enquanto fonte das crónicas régias, um outro discurso de *poder e domínio*; recorde-se que tanto a *História do Descobrimento e Conquista*

da Índia pelos Portugueses, quanto a *Ásia ...* foram impressas sob chancela régia⁶. Sendo esta cronística um discurso de um poder, interessará observar de que forma perpassam as imagens construídas e transmitidas de um espaço, tão idealizado e enfiado quanto o chinês ao longo dos tempos. Não cabe no âmbito destas páginas desvendar as várias faces desta *sombra* por nós percebida enquanto imagem fugidia, envolta numa auréola de irrealidade e de mutabilidade. O nosso propósito primeiro é o de entrever o modo como estes três cronistas da Expansão, estas três *vozes* distintas, espelham os primeiros contactos estabelecidos pelos portugueses na China.

A recolha de informações várias é o processo de elaboração do discurso histórico. Tanto Castanheda quanto Barros ou Gaspar Correia utilizam diversos tipos de fontes, desde o texto escrito sob as mais variadas formas de relatos, cartas, manuscrito ou impresso, ao testemunho oral. Os seus percursos vivenciais intervêm neste processo. Um dos primeiros testemunhos impressos sobre a China que correu na Europa de então, foi o livro de Marco Polo. Este foi explicitamente evocado por Castanheda, logo em 1551, na primeira impressão do primeiro livro da sua *História...* ao apontar esta fonte relativamente ao senhorio do Preste João. Quando narra a viagem de Afonso de Paiva à corte do imperador da Etiópia, Castanheda escreve que este: «[...] *he o q[ue] agora erradamente nomeamos por Preste João, porque ho verdadeiro, q[ue] foy aquelle de q[ue] Marco Paulo fala em seu livro, q[ue] senhoreava no sertão da Índia, & confinava seu senhorio cõ ho grã cãõ de Cathaio[...]*»⁷ Por outro lado, em 1554, na reedição do primeiro livro, assinala que o Preste João é «senhor da Etiópia». A explícita referência a Marco Paulo surgirá então em Castanheda já no terceiro livro, aquando da descrição do senhorio do Preste⁸.

Ásia... de João de Barros. Lisboa, Germão Galharde, 1552. CNCDP, Lisboa.

Asia Portuguesa

Asia de Joam de Barros / dos
fectos que os Portugueses fize-
ram no descobrimento e
conquista dos ma-
res e terras do
Oriente.



Impressa per Bermão Salbar de em
Lisboa: a. xviii. de Junho
anno de. m. d. lii.



João de Barros menciona em idêntico momento do seu fluxo narrativo, na *Terceira Década da Ásia...*, o livro de Marco Polo⁹.

Este não é todavia o único texto que, tocando a China, é citado pelos cronistas da Expansão, sendo ainda referenciados os primeiros relatos de portugueses sobre este espaço, nomeadamente os de Duarte Barbosa e de Tomé Pires. Logo no início das suas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia informa os leitores que não elaborará uma extensa descrição das terras, costumes e tratos locais asiáticos, pois outros o teriam feito: «[...] *vi alguns volumes e mormente um livro q[ue] d'isso fez Duarte Barboza [...]*»¹⁰. Correia cita-o sempre que no decurso da narrativa pretende introduzir informações de índole descritiva, assim enquadrando o seu núcleo temático essencial, isto é, a descrição dos feitos militares dos portugueses.

Não pretendemos cruzar aqui todas as fontes sobre a China utilizadas pelos cronistas, mas sim observar como cada um destes cronistas transpôs os seus reflexos. Para tal deveremos observar de que forma este espaço foi introduzido no discurso histórico, formulando-se um sistema narrativo coerente. Começemos por Gaspar Correia, visto ser este o cronista que mais tempo permaneceu no Oriente, aí falecendo.

O autor das *Lendas da Índia* na sua crónica régia sobre a figura de D. Manuel refere a partida de D. Duarte de Meneses como governador da Índia e o facto de este ter sido acompanhado por Martim Afonso de Melo. Este fidalgo teria ao seu cuidado quatro navios para ir à China. Na crónica régia centrada em D. João III, Gaspar Correia assinala o envio de três embarcações que teriam por capitão mor Manuel Botelho e que se destinariam ao trato da China¹¹. Também nas *Lendas da Índia* menciona pontualmente este ou aquele espaço chinês,

seguindo uma inserção discursiva que obedece ao nexa temático desta crónica da Expansão. Gaspar Correia deambula de episódio em episódio, de acordo com a sequência diacrónica dos acontecimentos, sendo todavia introduzidas entropias que alteram os ritmos narrativos.

As notações sobre a China nas *Lendas da Índia* abrangem o assinalar as viagens àquelas costas, o circuito comercial estabelecido antes da chegada dos portugueses, a presença de produtos chineses nas praças indianas, e a comparação entre os mercadores chineses e portugueses. Em 1506, na sequência do pedido de autorização ao rei de Cochim, por parte de D. Francisco de Almeida, no sentido de aí construir edifícios de pedra, tal analogia seria pronunciada. Defendendo esta causa, um príncipe local argumentaria que os *chins*, quando estiveram em Calecute, também construíram as casas de pedra onde viviam, não sendo por isso o costume quebrado: «[...] por eles serem mercadores estrangeiros, como aqy são ora os portugueses»¹². A visão transmitida por Correia do olhar dos *outros*, neste caso gentios de Cochim, face aos portugueses e chineses, denuncia uma certa similitude. Esta surge nos textos quinhentistas portugueses nomeadamente devido ao facto de a cor de pele dos chineses se aproximar da dos europeus, e de os seus costumes observarem uma civilidade que de algum modo tocara a europeia; pense-se em Duarte Barbosa ou Tomé Pires.

As referências que se sobrepõem relativamente a este povo nas *Lendas da Índia* correspondem, no entanto, ao modelo narrativo de Correia. Assim, deparamos com a enunciação dos vários contactos estabelecidos, nomeadamente o encontro com embarcações chinesas¹³, as notícias das expedições enviadas àquele espaço, a lenda da estadia naquelas paragens do apóstolo S. Tomé, o combate travado por Duarte Coelho nas costas de Cantão em 1522. Segundo as impressões colhidas, os *chins* seriam «*muito*

boas gentes», ainda que se encontrem nestes mares corsários, assinalando, aliás, Gaspar Correia, que quem regressa da China vem rico¹⁴.

Gaspar Correia referencia igualmente o cativo de portugueses nas costas da China, e destaca, até pela extensão da micro-narrativa, a expedição de Fernão Peres de Andrade. Em Julho de 1517, Peres de Andrade parte de Malaca com destino à China, acompanhando uma embaixada portuguesa àquele *Reino*; segundo escolha do Governador, o embaixador português seria Tomé Pires. Com ele seguiriam Simão Távora, que capitaneava a embarcação Santa Cruz, Pero Soares, a Santo André, Jorge de Mascarenhas, a Santiago, e Jorge Botelho, Manuel de Araújo e António Lobo Falcão que navegariam em juncos. A primeira escala desta expedição teria lugar em Tamão, no mês de Agosto de 1517, sendo anunciada às autoridades chinesas a sua chegada. Os portugueses aguardariam então a autorização para navegar o rio das pérolas. Devido à demora da resposta, Fernão Peres de Andrade abandona o resto da expedição e parte com Tomé Pires para Cantão, onde aportaria em Outubro de 1517, aí permanecendo algum tempo.

Nas *Lendas da Índia*, a descrição da cidade surge aquando da partida da embaixada e da sua chegada ali. O processo descritivo obedece ao ritmo do percurso, sendo evocada «*a fermosura do rio*», de um e outro lado «*pejado de verde com muitas hortas e lugares*». Gaspar Correia estabelece ainda a ponte entre o leitor desconhecedor do espaço e referências que lhe estão próximas, como, por exemplo, ao comparar «*a grandura da cidade*» à de Évora. O cronista vagueia pela cidade, transmitindo uma visão topográfica da mesma, descrevendo a muralha que a cerca, as torres de vigia, as portas, e a sua guarnição. Os planos gerais da cidade são descritos, assim como o aspecto exterior das casas, todas elas térreas, e o seu



Chineses numa gravura do *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten, Amsterdão, 1595. Sociedade de Geografia, Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

interior forrado com madeira, «*sendo muito lavradas e pintadas*». Por outro lado, as ruas são largas e limpas, destacando o cronista os signos exteriores de uma organização social: nas ruas ao longo das paredes: «*[...] de ambas as bandas, tem ladrilhado de lageas de pedra e dous terços, e o terço do meo fica mais baixo, q[ue] nom he lageado, por q[ue] corre a gente baixa, e os fidalgos e homens honrados vão polo lageado d'ambas as bandas*»¹⁵.

As recorrências são evidentes quando nos confrontamos com objectos idênticos, como sucede na cronística da Expansão. Deste modo, não será de estranhar que tanto Fernão Lopes de Castanheda como João de Barros se debrucem igualmente sobre a expedição de Fernão Peres de Andrade. Tanto Castanheda quanto João de Barros explicitamente traçam os quadros sócio-culturais das diferentes comunidades descritas, aparecendo tanto na *História do Descobrimento*

e *Conquista da Índia pelos Portugueses* como na *Ásia...* capítulos que se esboçam as envolvências mais gerais dos costumes, e transmitindo às séries temporais dos factos uma organicidade histórica.

Observemos brevemente os *topoi* da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses e da Ásia...* No capítulo XXVII do seu quarto livro, ao mencionar a expedição de Fernão Peres de Andrade, Castanheda elabora a *descrição da China e seus costumes*. Em primeiro lugar, informa o leitor de que esta costa se distancia 500 léguas da de Malaca, seguindo uma navegação para leste. Em segundo lugar, enunciam as riquezas, a abundância de alimentos, metais, tecidos e especiarias. Em terceiro lugar, menciona o tipo de embarcações utilizadas – os juncos – e que o trato é efectuado por *ricos* mercadores chineses. Em quarto lugar, destaca as cidades, descritas através de um traçado geral e da sua disposição topográfica – cercadas de muros, torres e cavas –, surgindo os *edifícios nobres*, constituídos tanto por habitações como por templos. Castanheda anota que existem indícios da presença de cristãos, descrevendo, no entanto, a especificidade das crenças locais e destacando os espaços de culto.

As impressões sensitivas assumem uma particular importância em Castanheda. Além disso, o cronista menciona os detalhes dos rituais de celebração, recorrendo sempre a homologias com o sistema de referências do europeu/português; por exemplo, o livro de celebração dos ofícios divinos é escrito numa língua que para eles desempenha a mesma função que o latim para os europeus, e têm os chins língua própria que «[...] no tom da fala parecem alemães»¹⁶. A descrição dos chineses obedece ao captar da impressão geral de uma sociedade. Os chineses são homens e mulheres «*alvos e bem dispostos*», existindo entre os homens «*letrados em diversas ciências as quais se lêem em escolas públicas*»,

assim como «*se imprimem muitos e bons livros, sendo eles bons artífices*». Castanheda descreve ainda tanto vestuários e hábitos alimentares, como o facto de os chineses serem «*fracos para a guerra*», apesar de terem boas armas. No plano específico do orgânica do poder, o autor evidencia a estruturação social e os seus signos. Por fim, através da narrativa da expedição de Fernão Peres de Andrade, descreve a cidade de Cantão¹⁷.

Por seu turno, João de Barros inscreve o seu registo no conjunto da obra, enviando o leitor para a sua *Geographia*. Recorre, deste modo, a uma visualização cartográfica do espaço, destacando a própria «*graduação da terra*» e confrontando pontualmente o leitor com as informações dos mareantes. Barros apresenta aqueles que seriam os quinze reinos ou principados – *governanças*, estabelecendo analogias com a antiguidade clássica, em particular no que diz respeito à nomeação dos *lugares*. A organização dos poderes locais é igualmente exposta, sendo sistematizadas as esferas de actuação e a prática quotidiana dos ofícios. Outro tópico devidamente assinalado é o ritual religioso. Ainda que genericamente, João de Barros explicita os estudos onde se ensina «*a ciência natural e moral*», registando a existência de diferentes graus de conhecimento.

Por outro lado, a observação etnológica revela-se com uma maior acuidade no momento em que o autor se atém sobre a gente da província de Cantão, a qual: «[...] em respeito da outra q[ue] vive mais vizinha ao norte é como a gente Dafrica aos Alemães: assi no parecer, na alvura & trajo como no tractamento de sua pessoa, de maneira q[ue] os debaixo parecem escravos dos de cima»¹⁸. Ao referir-se às mulheres dirá que estas são «*de bom parecer a seu modo*», isto é, Barros traduz a perspectiva estética do *Outro*, afirmando que se *tratam muito bem*, sendo os homens delas «*muito ciosos que poucos lhas*

vem». A adjectivação que acompanha a descrição geral dos chineses traduz principalmente a impressão causada pelas normas de comportamento social, pois eles: «[...] *sam muy mimosos & deliciosos no trajo, no serviço de suas pessoas* [...]»¹⁹. Tal como Castanheda, João de Barros elogia as artes de guerra dos chineses, mencionando que são excelentes fundidores.

A imagem que nos é traçada da cidade de Cantão é, como ele próprio afirma, marcada pela informação que teria obtido de Fernão Peres de Andrade e de outros que o teriam acompanhado. Consequentemente, João de Barros partiria de um: «[...] *debuxo do natural della q[ue] nos delá trouxerã* [...]»²⁰. O cronista intersecciona o ritmo flutuante do seu peregrinar pela cidade com as sucessivas impressões vivenciadas pelos actores da expedição. Observemos a título de exemplo, como assinala a simetria organizada do espaço, e a estruturação do mesmo a partir de duas ruas que se cruzam, convergindo em quatro das portas que servem a cidade, sendo a partir dessas ruas que se desenvolvem as restantes, pois: «[...] *todallas outras vam ordenadas, & á pórtia de cada casa está plantada hu[m]a árvore q[ue] tem todo o ano folha, somente pera sombra e fresca: & assi póstas em ordem, q[ue] per o péde hu[m]a se póde cõ a vista enfiar o de cada hu[m]a das outras*»²¹. Podemos afirmar que a sua admiração pela sociedade e cultura chinesas se consubstancia na sua comparação ao universo greco-latino.

As *sombras* da China que perpassam a cronística da Expansão, e das quais apenas vislumbrámos alguns reflexos, atraíram e cativaram João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia. A nossa brevíssima incursão neste espaço narrativo, no que ele reflecte das faces de uma sociedade chinesa, conduz-nos na busca daquelas que teriam sido as percepções colhidas por estes sujeitos históricos sobre as diferentes tessituras culturais.

Mas esses serão, afinal, outros – futuros – percursos de investigação.

¹ A primeira *Lendas da Índia* comporta a narrativa referente aos acontecimentos que decorrem de 1497/98-1508, a segunda *Lendas da Índia* ocupa-se do período de 1509-1525, a terceira *Lendas da Índia* versa os anos de 1526 a 1537 e a quarta *Lendas da Índia* os anos de 1538 a 1550.

² Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 1-2.

³ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento & conquista Índia pelos Portugueses*, impressão feita em Coimbra por João da Barreira e João Álvares a qual foi concluída a 6 de Março de 1551, logo na sua primeira página. Na segunda impressão deste mesmo livro de novo se evoca a importância da escrita da *História* de tais feitos, pois com o desaparecimento de quem os teria testemunhado e transmitido oralmente estes se perderiam. A sua escrita dar-lhes-ia a *memória*. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, I, p. 4.

⁴ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, I, p. 1.

⁵ Recorde-se a disputa que se levanta nos círculos culturais portugueses relativamente ao primado na escrita de uma crónica da Expansão.

⁶ Ainda que o primeiro livro de Castanheda tenha saído em 1551 sem a protecção de D. João III e sob os auspícios da Universidade de Coimbra. O autor ocupava nesta Universidade o cargo de bedel da Faculdade das Artes.

⁷ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, 1551, p. 3.

⁸ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, 1979, I, pp. 9 e 724.

⁹ Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Terceira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, liv. IV, fl. 85.

¹⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 2.

¹¹ Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, pp. 123, 299-300.

¹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 630.

¹³ *Ibidem*, II, p. 224.

¹⁴ A título de exemplo Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, II, pp. 674, 786, IV, p. 307.

¹⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p. 526. Note-se que os processos descritivos empregues pelo cronista obedecem ao seu modelo discursivo, sendo objecto da nossa investigação desenvolver toda uma rede de comparações que nos permitam determinar os diálogos estabelecidos entre este e outros textos da Expansão.

¹⁶ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 913.

¹⁷ *Ibidem*, I, pp. 917-918.

¹⁸ João de Barros, *Ásia... Década Terceira*, liv. II, fl. 47.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*, fl. 47 v.

²¹ *Ibidem*, fl. 48.